

**PORTARIA Nº 1358/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

**A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;

**CONSIDERANDO** a declaração e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500037-89.2020.8.06.0032;  
**RESOLVE:**

Art. 1º – **Exonerar**, a partir de 01 de Outubro de 2020, WALDY SOMBRA NUNES NETO, matrícula nº 43575, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-6, Vara Única da Comarca de Amontada, Unidade de entrância inicial, e **nomear** DANILO DE ALMEIDA TORRES para o referido cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 30 de setembro de 2020.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, no exercício da Presidência

**PORTARIA Nº 1359/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

**A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;

**CONSIDERANDO** a declaração e informações constantes do Processo Administrativo nº 8500051-46.2020.8.06.0138,

**RESOLVE:**

Art. 1º - **Exonerar** ROBERTA BRUNA BATISTA MENEZES, matrícula nº 40986, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-6, com lotação na Vara Única da Comarca de Pacoti, Unidade de entrância inicial.

Art. 2º - **Exonerar** LIDIANE SILVA SANTOS, matrícula nº 7784, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-5, com lotação na 2ª Vara da Comarca de Itaitinga, Unidade de entrância intermediária, e **nomear** ROBERTA BRUNA BATISTA MENEZES para o referido cargo.

Art. 3º- **Exonerar** RAFAEL DE SOUSA SILVA, matrícula nº 43181, do cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Supervisor, símbolo DAJ-4, com lotação na 2ª Vara da Comarca de Itaitinga, Unidade de entrância intermediária, e **nomear** LIDIANE SANTOS SILVA para o referido cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 29 de setembro de 2020.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, no exercício da Presidência

**PORTARIA Nº 1360/2020**

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

**A Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;

**CONSIDERANDO** as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500055-05.2020.8.06.0067,

**RESOLVE nomear** LUYNER LOPES DOS SANTOS para o cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Supervisor, símbolo DAJ-5, da Vara Única da Comarca de Chaval, Unidade de entrância inicial.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 30 de setembro de 2020.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, no exercício da Presidência